







Saiba o que é considerado gasto eleitoral:

- Confecção de material impresso de qualquer natureza e de acordo com o tamanho (conforme § 2º, inciso II do art. 37 e §§ 3º e 4º do art. 38, da Lei nº 9.504/1997).
- Propaganda e publicidade direta ou indireta, feita por qualquer meio de divulgação.
- Aluguel de locais para a promoção de atos de campanha eleitoral.
- **Despesas com transporte** ou deslocamento de candidatas ou candidatos e de pessoal a serviço das candidaturas.
- Correspondências e despesas de correio.
- Despesas com instalação, organização e funcionamento de comitês de campanha e serviços necessários às eleições, menos as proibições previstas no § 6º do art. 35 da Resolução TSE 23.607/2019.
- Remuneração ou gratificação de qualquer espécie paga a quem prestar serviço a candidatas, candidatos e partidos políticos









- Montagem e operação de carros de som, de propaganda e assemelhados.
- Realização de comícios ou eventos para promoção de candidatura.
- Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita.
- Realização de pesquisas ou testes pré-eleitorais.
- Custos com criação e inclusão de páginas na internet e com o impulsionamento de conteúdos contratados diretamente de provedor da internet com sede e competência jurídica no país.
- Multas aplicadas, até as eleições, às candidatas, aos candidatos e aos partidos por descumprimento das regras da legislação eleitoral.
- Doações para outros partidos políticos, outras candidatas ou outros candidatos.
- Produção de jingles, vinhetas e slogans para propaganda eleitoral.









Fique de Olho!

- ① Os gastos com alimentação de pessoas que prestarem serviço às pessoas candidatas ou comitês não podem passar de 10% do total dos gastos com a campanha;
- 2 No caso de aluguel de veículos automotores, os gastos não podem ultrapassar 20% dos gastos totais de campanha.
- 3 As obrigações geradas por falta de algum pagamento como multas, atualizações monetárias ou juros não podem ser pagos com dinheiro do Fundo Partidário ou do FEFC;
- 4. Multas geradas por causa de infrações, ilícitos penais, administrativos ou eleitorais também não podem ser pagos com dinheiro do Fundo Partidário ou do FEFC.

O que NÃO é considerado gasto Eleitoral e NÃO pode ser pago com recursos da campanha:

- Combustível e manutenção de veículo automotor usado pela candidata ou pelo candidato na campanha.
- Remuneração, alimentação e hospedagem da pessoa condutora do veículo usado pela candidata ou pelo candidato na campanha.
- Alimentação e hospedagem própria da candidata ou do candidato.
- Uso de linhas telefônicas registradas em nome da candidata ou do candidato como pessoa física, até o limite de três linhas.





Como os gastos eleitorais podem ser pagos:

- Cheque nominal cruzado.
- Transferência bancária com identificação do CPF ou CNPJ da pessoa beneficiada.
- Débito em conta.
- Cartão de débito da conta bancária.
- · PIX



/ Exceção:

- Pessoas candidatas e partidos podem fazer um Fundo de Caixa, em dinheiro, para pagar despesas de até meio salário mínimo.
- O saldo máximo do fundo é de 2% do valor dos gastos contratados e ele não pode ser recomposto.
- Para formar o fundo de caixa pode ser sacado dinheiro de uma das contas bancárias abertas para a campanha.
- O saque só pode ser feito com cartão de débito ou cheque nominal em nome da pessoa candidata.

Observação: O fundo de caixa só vale para os cargos de prefeito e vereador. A candidata ou o candidato a vice não pode fazer fundo de caixa.









Como É Feita a Comprovação dos Gastos:

- É feita por meio de **documento fiscal confiável**, emitido em nome da candidata ou do candidato ou do partido.
- O documento não pode ter rasuras ou emendas.
- Deve ter data de emissão, descrição detalhada e valor da operação.
- Deve ter a identificação de quem prestou o serviço ou entregou o produto (nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço).

Outros documentos, desde que confiáveis, também podem ser apresentados para comprovar os gastos.





